



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1717137 - MG (2017/0168245-1)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE : NELIO DE CASTRO JUNIOR COELHO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO : MARCELO IUNG DELAGE E OUTRO(S) - MG065945**

### **EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NO BOJO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DO OBJETO.

1. Embargos de terceiro, por meio dos quais se objetiva a desconstituição da restrição de transferência lançada sobre veículo.
2. Consoante o entendimento pacífico desta Corte, resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que julgou agravo de instrumento, quando se verifica superveniente prolação de sentença de mérito, tendo em vista ser esta de cognição exauriente.
3. Recurso especial prejudicado.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por NELIO DE CASTRO JUNIOR COELHO, fundamentado exclusivamente na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 03/10/2016.

Atribuído ao Gabinete em: 03/08/2017.

Ação: de embargos de terceiro, opostos pelo recorrente, em desfavor de BANCO BRADESCO S/A, por meio dos quais objetiva a desconstituição da restrição de transferência lançada sobre veículo penhorado no bojo de ação de execução que a referida instituição financeira ajuizou em desfavor de Marcelo Garcia Leão - ME e Marcelo Garcia Leão, processo nº 0056.14.000819-6, sob a alegação de que referido veículo foi objeto de compra e venda entre si e o Sr. Marcelo Garcia Leão.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de liminar feito pelo recorrente.

Decisão monocrática: negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, ante a ausência de juntada de peça obrigatória.

Acórdão: negou provimento ao agravo interno interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – PROCESSO ELETRÔNICO – AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS: INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA PARTE AGRAVADA E CERTIDÃO DE CIÊNCIA DA DECISÃO AGRAVADA – INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

É ônus da parte recorrente instruir o agravo de instrumento com as peças obrigatórias ao seu processamento, sob pena de negativa de seguimento da pretensão recursal.

- Em se tratando de processo eletrônico, é indispensável que a parte agravante junte cópia da certidão de ciência da decisão agravada, pois somente com isso será possível aferir a tempestividade do recurso.

- Se a parte agravante não instrui o processo eletrônico com a certidão de ciência da decisão recorrida e em não havendo outros meios inequívocos que permitam aferir a tempestividade do recurso, impossível se torna o seu conhecimento, por ausência de documento obrigatório (e-STJ fl. 116).

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 154, 244 e 249, § 2º, do CPC/73.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/2015

### **- Da perda do objeto**

Consoante o entendimento pacífico desta Corte Superior, resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que julgou agravo de instrumento, quando se verifica superveniente prolação de sentença de mérito, tendo em vista ser esta de cognição exauriente (AgRg no REsp 1.485.765/SP, 3ª Turma, DJe 29/10/2015; e AgInt no AREsp 396.382/DF, 4ª Turma, DJe 27/04/2017).

Na hipótese, verifica-se, em consulta ao sítio eletrônico do TJ/MG (Processo nº 5001155-20.2015.8.13.0056) que houve, nos autos originários, a prolação de sentença de extinção do processo com resolução do mérito, em 22/05/2019, acarretando a perda do objeto do recurso especial.

Forte nessas razões, JULGO PREJUDICADO o recurso especial, por perda superveniente de objeto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno a agravante que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora